

Marxista ou sapateiro

PAULO SANDRONI

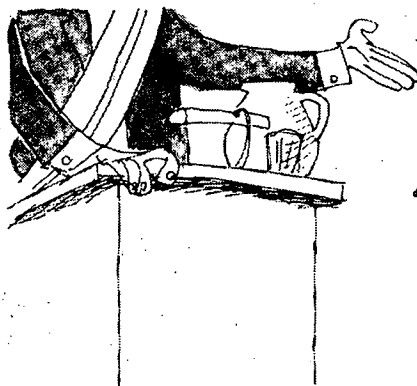
JORNAL DA TARDE

Em 1971, no auge da repressão, prenderam um sujeito por engano. Como de praxe foi colocado no pau-de-arara. Perguntando se era marxista, respondeu quase desfalecendo que não; que era apenas sapateiro. Lembrei-me desta história — meio folclórica, meio verdadeira quando soube da aula que o presidente FHC ministrou para crianças nas terras de seu maior inimigo íntimo ACM.

Embora num contexto completamente diferente repetiu se o fosso entre o que um dizia e o que os outros entendiam. Querendo explicar quem era, FHC saiu-se com a seguinte frase: "O presidente é uma pessoa que tem características específicas". O olhar das crianças, pregado nas câmeras de televisão que registravam o evento, ou perdido num ponto de um horizonte imaginário (talvez à espera da merenda), não se alterou. Nem mostrou que elas haviam compreendido o significado de "características específicas".

Ao término do evento, ACM aproveitou para ameaçar com a derrubada do veto ao aumento do salário mínimo, falando uma linguagem que até uma criança de seis anos entenderia. Ou melhor, faturou politicamente no lugar do primeiro mandatário.

Este episódio no interior da Bahia tem uma significação sintomática: embora fazendo propostas e tomando decisões acertadas — ainda que desgastantes — o governo FHC tem falhado em comunicar-se com a massa do povo. Não porque lhe faltem



1* MAR 1995



EMBORA FAZENDO PROPOSTAS E
TOMANDO DECISÕES ACERTADAS — AINDA QUE
DESGASTANTES — O GOVERNO FHC TEM FALHADO
EM COMUNICAR-SE COM A MASSA DO POVO.

meios: o problema é que ele ainda não sabe até onde pode esticar a corda que o une aos partidos com os quais venceu as eleições especialmente o PFL, sem bloquear seu trânsito no Congresso. Esta vacilação no âmbito político já está produzindo consequências desagradáveis; a queda de popularidade do governo é mais do que proporcional à realidade dos fatos, pois a inflação ainda permanece sob controle, o consumo está aquecido, e o nível de emprego em ascensão.

O mesmo problema ameaça repetir-se agora com as medidas anunciadas de controle das estatais. Estas como sabemos, constituem um poder quase autônomo que muitas vezes se opõe vitoriosa e insolentemente às diretrizes do presidente da República, Itamar que o diga. Nada

mais louvável, portanto, que o "pacote" de medidas de contenção de gastos e normas de controle que o governo FHC baixou dias atrás. De grande alcance é o dispositivo de submeter ao governo com três meses de antecedência o acordo coletivo a ser assinado com os empregados de cada estatal. A prática anterior era primeiro acertar com estes últimos acordos muitas vezes lesivos ao interesse público (mas muito favorável para os empregados... e diretores destas empresas) e apresentá-los como fatos consumados ao governo, criando situações entre embaraçosas, perigosas e irremediavelmente gastadoras de recursos públicos.

Com estas medidas, o governo está comprando uma briga cujas ramificações talvez subestime: é bom lembrar que duas das esta-

tais mais poderosas a Petrobrás e a Vale do Rio Doce são empresas vinculadas ao Ministério das Minas e Energia, hoje sob controle do PFL. Para fortalecer suas posições obtendo o apoio da opinião pública o governo necessita esclarecer, no entanto duas coisas pelo menos 1) As empresas que têm contratos de gestão com o governo como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, estão submetidas ao mesmo regime de subordinação que as demais? 2) Na medida em que o problema dos acordos coletivos está muito associado não apenas aos reajustes salariais mas especialmente aos benefícios e vantagens, porque não foi divulgado até agora estudo iniciado em 1993 pela Secretaria de Administração Federal, ainda na gestão de Luiza Erundina e entregue em dezembro de 1994 ao ex-ministro Romildo Canhim, contendo todas as informações sobre as enormes e deliciosas distorções que a maioria das estatais se autoconcedeu nos últimos anos?

Com estas informações, a opinião pública entenderia melhor as razões do governo e certamente o apoiaria na luta contra o corporativismo e o clientelismo que estas medidas — se forem tomadas mesmo para valer — desencadearão.

O AUTOR

Paulo Sandroni
é economista
e professor
da PUC e da
FGV de São Paulo

